



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SERTÃO PERNAMBUCANO
DIRETORIA DE POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL – DPAE
CAMPUS FLORESTA

ANEXO VI

**TERMO DE COMPROMISSO DE RECEBIMENTO DE AUXÍLIO
ESTUDANTIL EDITAL N ° 04/2022**

Pelo presente termo de compromisso, eu _____
, CPF n° _____, estudante do curso de _____
_____, matrícula _____,

conta bancária (que está em meu nome) é: n° _____, agência
_____, Banco _____ a partir da
presente data passarei a receber o(s)
auxílio(s) que fui contemplado(a), de acordo com o resultado final do Edital N° 04/2022 pelo
IFSertãoPE Campus Floresta e declaro estar ciente:

1. Das normas que regem o Edital da Assistência Estudantil.
2. De que minha participação no Programa de Assistência Estudantil não estabelece nenhum vínculo empregatício entre minha pessoa e o IFSertãoPE.
3. Que o valor do(s) auxílio(s) que receberei está estipulado no edital N° 04/2022, podendo sofrer alterações conforme recursos orçamentários do IFSertãoPE.

Autorizo a verificação dos dados, sabendo que a omissão ou falsidade das informações resultará nas penalidades cabíveis, além da imediata devolução dos valores indevidamente recebidos.

_____, _____ de _____ de 2022.
(cidade) (data) (mês)

Assinatura do estudante

Assinatura do(a) responsável legal (para menores de 18 anos)

Código penal: Art. 171 - Crime de Estelionato: Obter para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em um erro mediante um artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento: Pena Reclusão de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa.

Código penal: Art. 299 – Crime de falsidade ideológica: Omitir em documentos públicos ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que deveria der escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante: Pena- Reclusão de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa, se o documento é público, reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos e multa se o documento é particular.